

Identidade cultural: Comunidades quilombolas do extremo sul da Bahia em questão

Eduardo Luis Biazzini
de Abreu

Especialista em História Social e Política do Brasil, professor da Faculdade de Teixeira de Freitas

RESUMO: O artigo apresenta uma reflexão sobre a situação das comunidades quilombolas que sobrevivem à sombra das florestas de eucalipto, localizadas no extremo-sul da Bahia. Relaciona a resistência quilombola com a ameaça da perda da identidade cultural por conta da invasão da cultura do eucalipto, pertencente às empresas da região. Aborda a possibilidade de desaparecimento de dois elementos fundamentais: a sobrevivência do quilombo, enquanto território demarcado e abalado pela ação da monocultura; e, a necessidade de preservação da memória do povo quilombola, retida nas manifestações culturais da comunidade, que vislumbra o sentido de pertença impressa no seu cotidiano. O estudo descreve a eficácia das políticas públicas no processo de preservação da identidade quilombola, e se elas contemplam os anseios da comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: quilombolas; monocultura; identidade cultural.

Introdução

Os povos negros que chegaram ao Brasil a partir do século XVI introduziram aqui importantes elementos culturais. O processo de miscigenação, entre europeus, indígenas e africanos, responsável pela formação do povo brasileiro, proporcionou o encontro e a assimilação desses elementos, não só do africano como também do europeu e do indígena. Para Ribeiro (2004), ao chegar ao Brasil o negro encontra uma cultura identificada com hábitos de duas nações a Tupi (indígena) e a Lusa (portuguesa), fundindo-se aleatoriamente – por força das circunstâncias colonialistas - numa diversidade cultural. Tal como ocorreu com os brancos, que mais tarde integraram-se à etnia brasileira, os negros encontrando já constituída a protocélula luso-tupi, tiveram de aprender, plantando e cozinhado os alimentos da terra, chamando as coisas e os espíritos, pelos nomes tupis – já incorporados ao português, fumando longos cigarros de tabaco e bebendo cauim. A presença do negro no Brasil completa, portanto, a formação dos três principais troncos étnicos que deram origem ao povo brasileiro e sua conseqüente miscigenação.

Alguns elementos dessa cultura foram acrescentados depois da chegada dos imigrantes italianos e alemães no final do século XIX e início do século XX, nas regiões Sul e Sudeste. Outros se perderam, sobretudo após o intenso processo de industrialização e urbanização ocorrido no Brasil no final do século XIX. A chegada dos imigrantes marca uma virada de página na história brasileira. Ao invés dos negros alforriados, são os europeus – sobretudo os italianos (destacando-se no campo, onde passam a manejar as lavouras de café e nas cidades emergentes como São Paulo, dedicam-se ao comércio, ao artesanato e à manufatura). Aos negros, portanto, restava o preâmbulo pelas cidades e fazendas em busca de empregos, trazendo consigo a carga e o preconceito de uma nação humilhada e escravizada durante 300 anos.

O processo de industrialização teve maior impulso nas cidades do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. A melhoria do sistema de transporte, proporcionada pelo surgimento em massa das vias férreas, o aperfeiçoamento na fabricação do açúcar e a industrialização do café, consolidam um sistema de industrialização nos principais centros urbanos, proporcionando o nascimento de uma massa de operários.¹

Para Ribeiro (2004), outro processo que marca a urbanização brasileira está relacionado a deculturação que sofremos. A mesma, talvez, sofrida no século XIX, com a desindianização dos povos nativos e a desafricanização dos negros, e por que não dizer a deseuropeização dos portugueses. A partir daí veremos a formação de dois brasis: o Brasil urbano, que representa a modernidade da industrialização, da revolução científica e da cultura erudita, porém, repleto de problemas sociais, expressos nas diversas formas de violência, preconceito e segregação racial. O outro é o Brasil rural, que apesar de menor, do ponto de vista populacional, tem uma significância importante na preservação dos principais elementos culturais que reflete a identidade da cultura brasileira.

Nesse contexto estão inseridas as comunidades negras espalhadas por todo Brasil: antigos quilombos que sobreviveram durante séculos, resistindo à escravidão e se perpetuaram após a abolição. Esses núcleos recebem com menor impacto os efeitos da cultura de massa difundida através dos meios de comunicação. Entre estes, ressalta-se as comunidades quilombolas do extremo-sul da Bahia. São comunidades que praticam a agricultura familiar, conservam os mesmos hábitos da fabricação artesanal da farinha de mandioca, do beiju e do cultivo de pequenas lavouras de cereais. As propriedades possuem de 20 a 30 hectares. Entretanto, centenas de pequenas propriedades espalhadas pela região do extremo-sul baiano, são ocupadas

¹ Em 1880 havia no Brasil um total de 18.100 pessoas registradas como operários; em 1907, cerca de 2.983 estabelecimentos industriais e uma população de 136.420 pessoas dedicadas a essas atividades. A maior concentração operária se dava no Distrito Federal, onde havia 35.104 pessoas dedicadas a funções industriais, seguido de São Paulo com 22.355, Rio Grande do Sul com 15.426 e Rio de Janeiro com 11.900. Pelo censo de 1907 São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito federal concentrava 56% da população operária. O termômetro principal que media o crescimento das cidades no final do século XIX e início do século XX era as relações internacionais que cada um dos complexos urbanos mantinham com países importadores, ou seja, quanto maior as exportações, maior era o crescimento e modernização das indústrias. Nesse caso fortalecia-se também o comércio, com vendas de produtos de bens e consumo, atraía também profissionais das diversas áreas e ofícios. As cidades que perdiam as relações comerciais com os países importadores eram consideradas cidades mortas, pois mantinham sua economia totalmente voltada para o mercado internacional Costa, (1987)

pelas florestas de eucalipto implantadas na região em meados da década de 1980, impondo, a partir daí uma nova estrutura fundiária baseada na monocultura do eucalipto.

Tomamos como referência, neste estudo, o modo de vida e as principais manifestações culturais típicas das comunidades quilombolas dos municípios de Nova Viçosa e Mucuri, localizados no litoral do extremo sul baiano, onde existem fragmentos importantes da cultura afro-brasileira conservados por grupos de remanescentes quilombolas, que vivem os efeitos dessa nova estrutura fundiária, geradora dos impactos sócio-culturais, com ênfase na perda da identidade cultural.

Características das comunidades quilombolas

No que tange ao elemento negro que chegou ao Brasil no início do século XVI, observa-se que três diferentes grupos africanos fazem parte dessa imigração. Conforme Ribeiro (2004), os negros e as negras foram trazidos da costa ocidental africana. Distingue quanto aos tipos culturais três grandes grupos: o primeiro das culturas sudanesas é representado principalmente pelos grupos Yuruba – chamados nagô; pelos Dahomey – designados geralmente como gegê; e pelos Fanti-asshannti, conhecidos como minas, além de muitos representantes de grupos menores da Gâmbia, Serra da Leoa, Costa da Malagueta e Costa do Marfim. O segundo grupo trouxe ao Brasil culturas africanas islamizadas, principalmente a do Peuhl, os Mandingas e os Haussa, do norte da Nigéria, identificados na Bahia com malês e no Rio de Janeiro como aluás. O terceiro grupo era integrado por tribos Bantu, do grupo congo-angolês, proveniente da área hoje compreendida por Angola e a “Contra Costa”, que corresponde ao atual território de Moçambique.

A escravidão se apresentou sob duas formas: a indígena e a negra. A opção pela mão-de-obra escrava no Brasil estava inserida na lógica de que a colônia deveria complementar a economia da metrópole:

Assim é que a escravidão surge no Brasil como condição ‘sine qua non’ para a produção em larga escala de gêneros tropicais destinados ao mercado internacional; e onde esta produção se afirma como empreendimento lucrativo, como é o caso da agroindústria açucareira, a mão de obra indígena passa a ser substituída pela negra (...) pois desde o século XV Portugal dominava o tráfico africano” (LIMA, 1981)

Segundo Ribeiro (2004), o Brasil em todo século XVI e XVII foi o maior mercado do mundo, onde a cana de açúcar era como o petróleo e o negro a alavanca principal desse progresso. Nesse processo, em quatro séculos, cem milhões de negros foram arrancados da África para as Américas, desses, foram escravizados no Brasil doze milhões metade morreu e metade dos seis milhões foi incorporada ao sistema produtivo.

Sodré (1998 p. 87-88), afirma, no entanto que não se pode precisar um número exato de negros trazidos da África para o Brasil, pois o tráfico clandestino compromete qualquer estimativa. Em 1840 a população brasileira girava em torno de

cinco milhões de habitantes. Com relação à população negra, os dados são incertos estima-se entre dois e três milhões e meio de negros cativos².

Após a abolição da escravatura, através da Lei Áurea, inúmeros quilombos formados como núcleos de resistência se perpetuaram. Hoje, esses núcleos são chamados de comunidades quilombolas, que tem como principal característica a preocupação com a preservação dos elementos culturais que fazem parte da memória dos seus antepassados. Para Leite, (1997), o ato de aquilombar-se, ou seja, de organizar-se contra qualquer atitude ou sistema opressivo passa a ser, portanto, nos dias atuais, a chama reacesa para dar sentido, estimular e fortalecer a luta contra a discriminação e seus efeitos. Quilombo vem a ser, portanto, o mote principal para se discutir uma parte da cidadania negada.

A comunidade quilombola é na verdade um núcleo encarregado de cobrar a dívida histórica do Estado brasileiro com os descendentes dos escravos que fizeram o progresso desse país nos três séculos de escravidão. Essa organização é fruto de uma resistência de vários séculos, que começa com o quilombo dos palmares no final do século XVII e se espalha por todo o território brasileiro, cristalizando-se após a abolição como importantes núcleos de resistência.

Para Aguiar (1995), um dos traços marcantes das comunidades quilombolas é a solidariedade, como princípio organizativo. A forma mais comum é o mutirão, desde a construção da casa, plantio e limpeza das roças até a fabricação da farinha e do beiju. A casa de farinha é espaço predominantemente feminino, ocupado pelas mulheres e crianças, principalmente na arte do beiju, o dia de colocar as conversas em dia, envolve avós, mães, sobrinhas e netas. Esses traços culturais são facilmente observados nas comunidades do Norte do Espírito Santo e no extremo-sul da Bahia.

As comunidades quilombolas surgiram no extremo sul no final do século XIX. Com a abolição da escravatura, parte dos negros já estava aquilombada e permaneceu na resistência. Outra parte – a dos que foram alforriados pela Lei Áurea - soma-se aos demais, formando novas comunidades.

Uma das características principais dessas comunidades está relacionada à prática da agricultura familiar, baseada no cultivo de gêneros alimentícios como mandioca, feijão milho, hortaliças e café; o hábito de manter pequenas criações de suínos, aves e bovinos para a produção de carne e a fabricação de requeijão e manteiga; as pequenas indústrias artesanais, voltadas para a fabricação de beiju, tapioca e outros derivados da mandioca; a fabricação de rapadura e do melaço de cana açúcar; artesanato com a madeira, fabricação de carrancas e imagens religiosas, casas de estuque, peneiras samburás, quiçambas, balaios, cestos, esteiras, vassouras, etc.; no extrativismo vegetal destaca-se a fabricação do dendê, óleos e

² As estatísticas relativas a parte negra dessa população foram sempre incertas, duvidosas e contraditórias. Muitos contam em dois milhões o número de negros escravos para aquela época. Há quem tenha elevado esse número para cerca de três milhões e meio, numa população total de cinco e meio milhões. Porcentagem certamente forçada, essa. O número de negros escravos, em 1840, devia ficar sensivelmente inferior ao de brancos livres. Numa relação de 2 para 3, aproximadamente. Vão decorrer ainda dez anos de tráfico livre. A supressão deste só foi ultimada com em 1850 com Eusébio de Queiroz. Nesses dez anos e nos subseqüentes de entradas forçadas e clandestinas, a população negra não para de crescer. Nas suas zonas condensação chega ao ponto que só nas Minas Gerais, ao tempo do Ouro, atingia de domínio sobre o número de brancos. (Sodré, 1998).

extratos vegetais utilizados como antibióticos e outras drogas medicinais. Os produtos eram vendidos em feiras livres, localizadas nas vilas e cidades. “A feira era uma verdadeira festa, ali se vendia tudo, além disso, era o a oportunidade ideal para encontrar com parentes e amigos (Aguiar, 1995)”.

No folclore, destacam como principais manifestações culturais, os reis de boi, o bate-barriga - dança típica dos quilombolas de Nova Viçosa (distrito de Helvécia), as festas de São Sebastião, a folia de reis, o ticumbi, o jongo de São Benedito, o alardo (simulação da guerra entre mouros e cristãos) e principalmente as populares festas juninas.

A DERRUBADA DA FLORESTA NATIVA E A MONOCULTURA DO EUCALIPTO

Até o início do século XX, o Extremo Sul da Bahia exibia grandes extensões de mata nativa. A mesma floresta tropical que cobria o Norte do Espírito Santo estendia-se por todo o Extremo Sul baiano e o leste de Minas Gerais. Rica em madeiras nobres como a peroba e jacarandá e cedro, essa região passa a ser cobiçada por indústrias madeireiras do Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Os deuses das florestas estavam de bom humor quando escolheram o Espírito Santo e o Extremo Sul da Bahia como pólos de máxima biodiversidade. Entre milhares de espécie vegetais, colocaram nesses lugares muito pau-brasil, cedro peroba, jacarandá, árvores madeireiras de alto valor monetário que ao logo de cinco séculos, iniciados em 1500, proporcionaram conforto e fortuna a povos de várias partes do mundo, a começar pelos portugueses, que aqui abriram estradas lavouras e cidades. (Hasse, 2004 p.6)

Segundo Ferreira (2001), por volta de 1923 inicia-se a exploração de madeiras nobres no Norte do Espírito Santo. O governo do Estado ofereceu a concessão de 10 mil hectares para a exploração por 30 anos, em troca de um plano de ocupação da região.³

A partir da década de 1950 surge no extremo-sul da Bahia as primeiras serrarias, vindas principalmente do Espírito Santo. Em 1973 é inaugurada a Rodovia BR 101, ligando Vitória à Salvador, Inicia-se assim a devastação indiscriminada da mata nativa, dando lugar a criação de gado, plantações de mamão, e curcubitáceas. As atividades madeireiras e a facilidade nos transportes, através da Rodovia recém inaugurada culminam com importante desenvolvimento econômico da região e um

³ A penetração na floresta através da abertura a estrada, passando pela atual cidade de Pedro Canário-ES e chegando à atual Nanuque-MG. “À medida em que penetravam na floresta, eles começaram a encontrar peroba em quantidade até 50% maior que as de outras madeiras. Haviam, enfim, encontrado a peroba no seu habitat natural (latossolos amarelos). Para retirar a madeira das matas, os Donato inovaram, tornando o Rio Itaúnas como meio de transporte. As toras eram jogadas no rio e amarradas umas às outras, como se fossem uma balsa. O Rio Itaúnas, na época largo e cauteloso, permitia que descessem várias balsas ao mesmo tempo, cada uma formada, em média, por 150 toras de peroba.

rápido crescimento urbano. O solo se mostrava adequado para a agricultura. A fase do “milagre brasileiro” promove a expansão do mercado consumidor no sul do país. As terras férteis do Extremo Sul baiano passam a atrair migrantes agricultores e empresas cooperativas, sedentos de produção e lucro rápido (Sant’Ana e Leonel, 2005 p. 12).

Finalmente, no início da década de 1980, com a crise da pecuária e o desestímulo na produção de mamão, por causa das doenças, começam os primeiros plantios de eucalipto feitos pela Flonibra e Florestas Rio Doce, subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce, que forneciam matéria prima para a Cenibra Celulose Nipo-Brasileira S.A. Estas empresas, que já plantavam eucalipto no Norte do Espírito Santo estenderam seus investimentos na compra de terras nos municípios do Extremo Sul baiano. Inicialmente, os primeiros municípios atingidos foram Mucuri, Nova Viçosa, Alcobaça, Teixeira de Freitas, Caravelas e Ibirapuã.

Esse novo modelo de ocupação do solo atinge desde os grandes até as pequenas propriedades. A instalação de uma fábrica de celulose no município de Mucuri em 1986 impulsiona o processo de compras de terras para o plantio de eucalipto no intuito de suprir as necessidades de matéria prima para a fabricação de celulose. Segundo Ferreira, (2001), as estratégias utilizadas pelas empresas para facilitar ainda mais a aquisição das terras iam da demarcação forjada à falsa informação, das ameaças à sedução da compra. Como “mensageiros” da transação, a empresa contratava pessoas conhecidas das comunidades, normalmente descendente de quilombolas que acabava convencendo várias famílias negras das comunidades rurais a vender suas terras às empresas. Essa pratica era comum no Norte do Espírito na década de 1970, se alastrando para os municípios do Extremo Sul baiano na década de 1980-90.

Hoje, as empresas que possuem o controle sobre o plantio de Eucalipto para fins de celulose no Extremo Sul da Bahia, Norte do Espírito Santo e Leste de Minas Gerais são: Suzano Papel e Celulose; Aracruz Celulose; Veracel e Cenibra que possuem próximo de um milhão de ha. entre área adquirida e de fomento florestal (Hesse, 2004).

As comunidades quilombolas e o folclore

A grande maioria do folclore brasileiro preservado nas comunidades quilombolas tem caráter religioso. Segundo Ribeiro (2004) durante muitos anos o escravo africano era proibido de manifestar sua religião, devendo incorporar o catolicismo como religião oficial. Essa prática fez com que a cristianização fosse comum nas festas folclóricas, e nos centros de candomblé, onde imagens de santos católicos e orações típicas do catolicismo são elementos normais. A devoção ao santo negro, Benedito, aos Gêmeos Cosme e Damião, a São Sebastião, nobre, jovem e formoso, que morrera combatendo os mouros muçulmanos, ao santos reis e tantos outros. Esses são elementos culturais presentes nas festas folclóricas e nas dias santos e outras datas comemorativas, dentre os quais podemos destacar:

Festa de São Benedito: comemoração religiosa em devoção ao Santo negro Benedito, importante manifestação folclórica comum nas comunidades negras. Seus cantos anunciam pelos grotões e ermas Campinas, o Santo conduzido em uma caixinha, entre as flores que são renovadas quando murcham, e o povo vem beijar a pequenina imagem do santo protetor que abençoa o seu trabalho, as colheitas do ano, de suas roças.

São Benedito das piabas
Morador do Corgo Fundo
São Benedito vai simhora
Deixa saudades no mundo

É a fé do povo esquecido nos longínquos, junto à natureza que dá o sustento tirado da terra, do rio e dos córregos. Nas doenças São Benedito cura, como fazia aos seus irmãos camponeses da Itália, do outro lado do mundo (Aguiar, 1995)

Folia de Reis: Normalmente apresenta-se no ciclo de natal, prolongando-se até o dia de São Braz, (3 de Fevereiro). Este folguedo, O número de integrantes varia entre 12 e 20, formando alas, vestidos com calça azul-marinho ou branca com filete lateral vermelho ou azul. Na cabeça, um chapéu de palha revestido de morim, internamente enfeitado de flores e várias fitas coloridas, que se estendem até a cintura.

A primeira apresentação ocorre a partir de 6 de Janeiro, dia de Reis à porta da igreja, depois, percorrem as casas dos conhecidos, onde são convidados, ou aparecem de surpresa, sabendo antecipadamente que serão bem acolhido.

Com a apresentação da "Brincadeira" é tocada a marcha para a chamada do vaqueiro que vem sapateando, batendo o ritmo com o bastão. Traja roupa velha, com paletó pelo avesso, bolsos de fora, e máscaras. Todo esse traje tem um significado próprio.

Após essa exibição, pára e faz um discurso contando de onde vem e relata acontecimentos de forma satírica que todos sabem. Canta-se, então, a chamada do boi, que entra dançando, fazendo graça, dando voltas e chifradas.

Termina a cantoria. Em alguns grupos ocorre a morte e a ressurreição do boi. Mal o boi cai no chão, o sanfoneiro puxa a música para o canto da divisão do boi, com o coro cantando um refrão, a cada pedaço vendido.

Cada grupo tem sua própria cantoria. Através do Reis-de-Boi é possível fazer-se um retrospecto de acontecimentos nacionais e mesmo mundiais, como eleições, a viagem do homem a lua espantando São Jorge, a invasão da Aracruz florestal e outros acontecimentos do cotidiano.

O *alardo*: Esse folclore também faz para do importante acervo ainda vivo no extremo sul baiano. Lutas pela cristianização dos mouros infiéis, muçulmanos seguidores do alcorão.

Guerra religiosa do século XV e XVII pelo domínio da Península Ibérica.

Os embaixadores declaram insolentes embaixadas trocando insultos em versos inspirados no poema de Camões.

Atrevido embaixador!
De ordem no meu soberano, Senhor do sol e da lua Imponho-te
incondicional capitulação ou guerra haveremos de travar!

Essa comemoração normalmente é feita nos dias 19 e 20 de Janeiro em louvor ao Santo Guerreiro, São Sebastião. É uma demonstração ao ar livre. O povo todo participa e corre ante a ferocidade dos combates, ao retinir das espadas e dos tiros das espingardas de carregar pela boca.

Os cristãos vencem, aprisionam os mouros, obrigando-os a abjurar "as leis da má fama" e de joelhos são batizados na porta da igreja ao recolher da procissão com o andor do Santo Guerreiro crivado de flechas. (Aguiar, 1995)

Bate Barriga: A dança Bate Barriga é uma manifestação que ainda reside às marcas da história da cultura afro-descendente do povo de Helvécia, distrito de Nova Viçosa-BA

Essa dança chegou a Helvécia desde o tempo da escravidão era uma comemoração dos escravos para amenizar o sofrimento e para festejar datas importantes. No que diz respeito aos negros, também era dançado quando um ente da família completasse um ano de falecido. Após o ofício dançavam o Bate Barriga até o amanhecer. Dançava-se também na noite de Natal, cada ano era na casa de uma família e toda a comunidade contribuía com os comes e bebes e todos dançavam até o dia amanhecer.

Atualmente, o Bate Barriga acontece no dia 13 de maio, data da abolição da escravatura; 20 de novembro, em homenagem a Zumbi dos Palmares; no aniversário de um ano de falecimento de entes queridos da comunidade e em outras datas especiais. As toadas são sempre cantadas criticando algo que está incomodando, como a política, os candidatos, a monocultura do eucalipto entre outros, conforme mostram os versos a seguir:

Não mexe com o povo de Angola
Maria, quem pega com Deus tem vitória
Você pensa que Joana é sua amiga
Você toma cuidado com sua vida
Minha mãe chama Maria
Meu pai chama José
Tem tanta Maria no mundo
Minha mãe não sei quem é
Hoje é dia de festa
De festa na cidade
Prefeito,
Estamos brincando na lagoa (Koopmans, 2005).

Como podemos observar, são muitas as manifestações que ainda resistem ao tempo. Algumas se perderam ou estão em desuso por falta de continuação das novas

gerações ou por falta de políticas públicas voltadas para a preservação desse importante patrimônio cultural. As festas juninas de São João, Santo Antônio e São Pedro foram massificados e acontecem em todo o território nordestino, como, alias já é uma tradição centenária, figurando-se com uma das mais importantes representações do folclore do nordeste brasileiro.

A sobrevivência das pequenas propriedades, hoje ilhadas por grandes florestas de eucalipto e cana torna-se a cada dia um desafio. A invasão das monoculturas; os problemas ocasionados pela crescente urbanização em todo país; o êxodo rural principalmente dos jovens, que buscam nas cidades uma oportunidade de emprego e conforto, onde acabam engolidos pelo modo de vida urbano e pela cultura de massa difundida nos meios de comunicação. O crescimento constante dessas perdas coloca em risco a existência de comunidades inteiras e de todo esse patrimônio cultural.

Algumas políticas públicas

As políticas públicas destinadas ao resgate da identidade cultural das comunidades quilombolas nas últimas décadas não foram suficientes para solucionar os inúmeros problemas vividos pelos negros espalhados por todo o território brasileiro. Segundo Leitão (2006) a partir da promulgação da Constituição de 1988 algumas conquistas foram incluídas, mas tiveram dificuldades de ser implantadas devido à burocracia e a necessidade de leis complementares. A reforma agrária, por exemplo, que voltou à pauta das discussões políticas após o fim do regime militar nunca de fato contemplou as expectativas das organizações sociais no que diz respeito às demandas de famílias sem terra em todo Brasil. Dados do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) publicados em 2002 revelam que os programas de erradicação do analfabetismo não conseguiram mudar as estatísticas que ainda mostram o negro como o que menos tem acesso aos bancos escolares. Na distribuição de renda a situação é ainda pior. Homens e mulheres brancas ganham em média R\$ 838,00 e R\$ 513,00 por mês, enquanto negros e negras ganham R\$ 400,00 e R\$ 250,00 respectivamente. O Estatuto da Igualdade Racial, apresentado pelo Senador Paulo Paim em 2003 encontra-se encalhado no congresso nacional aguardando aprovação.

Todos os dados estatísticos aqui mostrados têm se modificado significativamente para melhor. A criação de organizações de luta pela igualdade racial em todo o Brasil vem mudando constantemente esse panorama. Os espaços importantes conquistados com muito sacrifício, como por exemplo, o sistema de cotas para negros nas universidades brasileiras, que apesar de ainda sofrer muito protesto, já é praticado em quase todo o Brasil. O reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombola também já colhe os primeiros frutos positivos. No extremo sul da Bahia, sete comunidades receberam o reconhecimento do governo federal, seis delas estão localizadas no município de Nova Viçosa e uma no município de Itanhém, conforme dados e registro fornecidos pela Fundação Palmares.

- Cândido Mariano – Localizada no município de Nova Viçosa – Registro no Livro de Cadastro Geral nº. 02 – Registro 131 – Fl. 36, em 02/03/2005 – Publicada no Diário Oficial da União em 08/06/2005, Seção 1, nº. 108 – Folhas 15 e 16.

- Helvécia – Localizada no município de Nova Viçosa – Registro no Livro de Cadastro Geral nº. 02 – Registro 129 – Fl. 34, em 02/03/2005 – Publicada no Diário Oficial da União em 19/04/2005, Seção 1, nº. 74 – Folha 03.
- Mutum – Localizada no município de Nova Viçosa – Registro no Livro de Cadastro Geral nº. 02 – Registro 134 – Fl. 39, em 02/03/2005 – Publicada no Diário Oficial da União em 08/06/2005, Seção 1, nº. 108 – Folhas 15 e 16.
- Naiá – Localizada no município de Nova Viçosa – Registro no Livro de Cadastro Geral nº. 02 – Registro 133 – Fl. 38, em 02/03/2005 – Publicada no Diário Oficial da União em 08/06/2005, Seção 1, nº. 108 – Folhas 15 e 16.
- Rio do Sul – Localizada no município de Nova Viçosa – Registro no Livro de Cadastro Geral nº. 02 – Registro 130 – Fl. 35, em 02/03/2005 – Publicada no Diário Oficial da União em 08/06/2005, Seção 1, nº. 74 – Folha 15.
- Volta Miúda – Localizada no município de Nova Viçosa – Registro no Livro de Cadastro Geral nº. 02 – Registro 132 – Fl. 37, em 02/03/2005 – Publicada no Diário Oficial da União em 08/06/2005, Seção 1, nº. 108 – Folhas 15 e 16.
- Mota, localizada no município de Itanhém, registrada no Livro de Cadastro Geral n. 09, Registro n. 920, fl. 34, em 01/03/2007. Publicada no Diário Oficial da União em 13/03/07, Seção 1 nº 49 – Folha 06.

(Fonte: Fundação Palmares, 2007)

No início de 2003 o presidente Lula sancionou a Lei 10.639/03, alterando a LDBE (lei 9.394/96) e instituindo o ensino sobre história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio nas escolas públicas e particulares de todo o Brasil. Para Santos (2007), essa iniciativa vem legitimar a importância da cultura afro-brasileira na formação e identidade cultural do povo brasileiro. São políticas públicas que uma vez executadas vão contribuir para a reconstrução da história do nosso país, incluindo elementos étnicos e culturais desconhecidos pelos nossos alunos até então. Sendo assim, todo estabelecimento público e particular deve adaptar seu currículo para contemplar o que determina a lei em questão, conforme especificados nos seus principais artigos.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras.

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'." (BRASIL, 2003)

“A felicidade do negro é uma felicidade guerreira, é o que constata quem se depara com essa história de tantas tramas e lutas, de tanta resistência, tanto engenho e arte, tanto amor a liberdade, tantas lições de coragem. Zumbi é o herói que escolhe não fazer o acordo, lutar até o fim e morrer” (Zezé Motta)⁴

Considerações finais

O estudo representa uma amostra da pesquisa, envolvendo trabalho de campo e revisão bibliográfica. O pouco material publicado a cerca da historiografia regional com ênfase para as comunidades remanescentes, dificultou o levantamento de alguns dados, que tiveram de ser colhidos através de visitas e entrevistas com antigos moradores. A indisponibilização de documentos por parte dos órgãos públicos, ou mesmo a inexistência de um arquivo público nos municípios pesquisados também dificultou a coleta e verificação de dados importantes. Nem por isso comprometeu o que se tinha como objetivo para essa amostragem.

O modo de vida na colônia e a resistência das pequenas comunidades negras do extremo sul da Bahia têm uma relação histórica. Na colônia era a monocultura da cana de açúcar; no Império e na República Velha a monocultura do café; nos dias atuais, sobretudo no extremo sul da Bahia convivemos com as monoculturas da cana para a fabricação do etanol, do eucalipto para a celulose e da pecuária de corte. Todas essas formas de uso e posse do território foram responsáveis históricos pela configuração social aqui mostrada. Da colônia aos dias atuais, a presença forte das oligarquias rurais foi marcada por um processo contínuo de desculturação e de segregação social.

Referencia bibliográficas

AGUIAR, Maciel de. **História dos vencidos**, São Mateus-ES: Brasil cultural, 1995.

AYALA, Marcos; NOVAIS, Maria Ignez. **Cultura popular no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2003.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, Federal, 1988.

_____. **Lei 9394-96** 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União – República Federativa do Brasil, 23 de dezembro de 1996.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, (substitutivo à Lei 9.394/96) Diário Oficial da União – República Federativa do Brasil, 23 de dezembro de 1996.

⁴ Cantora, compositora, atriz e militante nacional do movimento negro. Palavras proferidas no dia 14 de novembro de 2003 no Campo de Cerro dos porangos, em Pinheiro Machado-RS durante a comemoração dos 159 anos de uma batalha histórica da Guerra dos Farrapos, em que lanceiros negros, escravos, morreram pela causa separatista do Rio Grande. (CEAP, 2006 p 11).

FERREIRA, Carlota. **Remanescentes de um falar crioulo brasileiro** (Helvécia-Bahia). In: **Revista Lusitana**. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, v.5, p. 21 a 41, 1984/1985.

FERREIRA, Simone Raquel, Dissertação de Mestrado em Geografia. **“Da fartura a escassez” São Paulo: USP, 2001.**

HASSE, Geraldo. **Crescimento Verde: O Espírito Santo no Caminho da sustentabilidade florestal**. Vitória-ES: Sindiex, 2004.

IBGE. **Censos Agropecuário e demográfico** (2000, 2002 e 2006)

KOOPMANS, José. **Além do eucalipto: o papel do Extremo Sul**. 2. ed. Teixeira de Freitas: CDDH, 2005.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 13. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LEITÃO, Mirian, Brasil abre a cortina do passado. **A Cor do Brasil**. Rio de Janeiro, v. 1, n 1, p. 4-1, novembro de 2006.

LIMA, Lana Lage da Gama. **“Rebeldia Negra e Abolicionismo”**, RJ, Ed. Achiamè, 1ª ed., 1981.

LYRA, Itaberaba Sulz. **Anjo bom, anjo mau**. Salvador: BDA, 1997.

OLIVEIRA, Flavia. Os números que contam a desigualdade. **A Cor do Brasil**. Rio de Janeiro, v. 1, n 1, p. 4-1, novembro de 2006.

RIBEIRO, Darcy, **O povo Brasileiro**, São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

SANTANA, Antônio Genilton; e LEONEL, Marcelino Serretti. **Desenvolvimento Regional: opção pelo eucalipto no extremo sul da Bahia**, MOSAICUM, Teixeira de Freitas-BA, nº 2, p.9-23, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck, **Panorama do segundo império**. Rio de Janeiro: Grafhia, 1998.

VANNUCHI, Aldo. **Cultura brasileira: o que é, como se faz**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1999.